

Revisão de Prestes Motta - parte II

De um lado, Prestes Motta (1986) coloca as reivindicações operárias. Do outro, "as formas de relação social por intermédio das quais os trabalhadores vão se organizando com vistas ao rompimento do poder disciplinar burocraticamente imposto" (58). Prestes Motta faz uma crítica às reivindicações operárias, por ele classificadas como uma forma apenas aparente de luta, dado que são rapidamente convertidas pelo patronato em medidas para aumentar a extração da mais valia relativa e dar suporte a mecanismos de cooptação e de homogeneização de condutas. O comando desse processo disciplinador - defende ele - é dividido entre as empresas e os sindicatos.

Na avaliação do autor, começa muito cedo o processo de formação do pensar burocrático: inicia-se na família e na pré-escola, progredindo, paulatinamente, para as instâncias organizacionais da educação formal, que pretende habilitar os alunos a um desempenho apropriado aos ambientes de trabalho alienados.

Em um dado momento, diz ele, toda a sociedade, e não apenas a escola, passa a viver em função da fábrica. Cada vez mais, por exemplo, a máquina estatal se confunde com a figura do capitalista coletivo. A luta de classes, então, é transposta para o Estado, que passa a estabelecer com as empresas uma crescente interdependência. O resultado é que o Estado passa a prevenir os movimentos sociais de massa, de forma a manter a dominação burocrática. A seu ver, os partidos, os sindicatos e a igreja podem ter papel importante na luta operária. Mas eles também estão comprometidos com o ordenamento capitalista-burocrático.

E como a luta de classes se manifesta na escola? Os filhos dos capitalistas e dos gestores é que têm acesso às boas instituições de

ensino. Nas escolas de elite, eles obtêm as competências - ou a aparência de competências - que os legitimam a ficar à frente das empresas, do Estado e, algumas vezes, da universidade.

A educação, segundo Prestes Motta, deve se preocupar com a autonomia da sociedade, afastando-se do aparelho burocrático. Mas isso não pode ser uma decisão formal, porque tornar-se-ia uma decisão igualmente burocrática. Esse afastamento precisa ser resultado de uma "apropriação do processo educativo no quadro da luta de classes" (63). Para se opor à dominação tecno burocrática, mostra-se necessária uma educação politécnica e polivalente. Isso porque, defende o autor, os processos educativos tendem a reproduzir dominantes e dominados. A educação patrocinada pelas burocracias, diz ele, "sempre esteve voltada para a afirmação de uma ordem social e, portanto, de uma dominação" (64).

Já em Motta, Alcadipani & Bresser (2001), os autores têm por objetivo analisar a valorização do estrangeiro tanto nos estudos organizacionais, quanto nas próprias organizações. O estudo parte de uma análise histórica do papel do estrangeiro na cultura brasileira e do estabelecimento de relações de dominação com o Brasil.

A valorização do "estrangeiro" em detrimento dos aspectos nacionais espalha-se por segmentos e séculos diversos, analisados mediante duas considerações estabelecidas pelos autores logo na introdução do trabalho. A primeira é a dificuldade em se analisar traços culturais de acordo com uma perspectiva acadêmica, muitas vezes distante do que ocorre, de fato, na prática. A segunda é a centralidade do caráter exploratório da ocupação do território brasileiro pelos colonizadores, preocupados nas vantagens econômicas que dele poderiam extrair.

Apesar da razoável facilidade com que se reconhece e se acomoda a heterogeneidade na cultura brasileira, a integração da diversidade revela-se o principal desafio. O brasileiro, sob essa perspectiva, é capaz de entender a multiplicidade de culturas, origens, símbolos e crenças, por exemplo, presentes em seu ter-

ritório, mas demonstra-se incapaz de assumir que todos eles, ainda que diferentes, pertencem a um todo único, constituindo, em última instância, uma nação.

A descrença acerca da unicidade finca, de acordo com os autores, raízes históricas na colonização, marcada pela exploração e pela dominação do colonizado pelo colonizador. Essa superioridade e essa dominação, passadas, com o tempo, à elite nacional, refletem-se nas relações desiguais do presente. Já a ação do estrangeiro é diferenciada: ao passo que se tenta espoliar o Brasil e transformá-lo em permanente produtor de riquezas para além-mar, o colono espera encontrar uma nova pátria, uma nova vida, porém tampouco se encaixa em uma nova unicidade.

A valorização do estrangeiro (e do estrangeirismo), refletindo a relação de dominação imposta, consolida-se como segregação, menosprezando o Brasil e suas raízes culturais. Se, nos primeiros séculos de nossa colonização, optou-se pela contenção do desenvolvimento nacional e pelo enfoque exploratório-utilitarista do novo território, aos poucos a estrutura social passou a demandar o progresso. Esse (assim como o próprio termo, associado à ordem) seguiu referências externas, consolidando a idéia de que desenvolvimento dependia de perspectivas estrangeiras. Assim, as elites nacionais adotaram padrões comportamentais estrangeiros, fundamentais à modernização pátria, bem como terminaram por se reconhecer como tais, inclusive, nas relações de exploração do território. É o povo, entendido como os demais membros da sociedade não pertencentes às elites, que, subjulgado, esforça-se para atender as elites nacionais, aliadas a estrangeiros, em sua modernização e progresso.

A importação de padrões e a incorporação de estrangeirismos foram, segundo o autor, igualmente marcantes tanto para as organizações, como para o estudo organizacional. Delas dependeu a solidificação da ideologia da burguesia industrial e de suas formas de produção.

No plano dos estudos acadêmicos, também foi incorporada a literatura estrangeira, preponderante nas citações e referências das

pesquisas aqui desenvolvidas. Cursos no exterior e outras formas de expatriação tornaram-se a melhor forma de valorizar um profissional e reconhecê-lo como alguém preocupado com a modernidade e com o progresso. Curiosamente, o adesismo aos padrões externos enfrenta uma contradição esquizofrênica, na medida em que se demanda, mesmo com essa aceitação, criatividade e inovação.